

PETIÇÃO Nº 13.342 - SP (2020/0078999-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : **SIDNEI GODOI FILHO (PRESO)**
ADVOGADOS : **PAULO JOSÉ DO CARMO - MG099991**
 LEIDIANE DE LIMA MELO SILVA - MG136464
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de petição protocolizada pela defesa de SIDNEI GODOI FILHO – preso preventivamente em 8/1/2020 pelo suposto delito de tráfico de drogas, postulando a extensão de benefício concedido à um corréu – contra decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC 5002197-17.20204.03.0000).

Na presente oportunidade, o requerente alega ter direito à extensão do benefício da liberdade provisória concedido ao corréu JALES SEBASTIÃO DA SILVA (e-STJ fls. 32/35). Afirma, que a revogação da prisão do corréu foi fundamentada com base na Recomendação n.62/2020 - CNJ, que recomenda ao Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação do COVID-19 (novo Coronavírus).

Alega, ainda, que é portador de enfermidade - insuficiência na válvula tricúlide - encontrando-se, assim, no grupo de risco diante da pandemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus).

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou a aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

Não há como conhecer do pedido.

Segundo consta dos autos, o corréu JALES SEBASTIÃO DA SILVA foi beneficiado com a liberdade provisória, por força de decisão liminar do Desembargador Relator do habeas corpus originário n.

Superior Tribunal de Justiça

5002197-17.2020.4.03.000, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (e-STJ fls. 32/35).

Embora a defesa afirme ter postulado a extensão do benefício, não juntou aos autos documentação comprobatória nesse sentido. Observa-se ter sido juntada uma decisão referente a outros corrêu, Reinaldo Rodrigues de Oliveira, que também foi beneficiado com a liberdade provisória.

Portanto, não há comprovação de que as alegações foram examinadas pelo Relator, o que impede o exame direto por esta Corte, por configurar indevida supressão de instância. Como é cediço, *"Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância."* (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017).

Além disso, não acostou aos autos peças processuais indispensáveis à compreensão da controvérsia, como os decretos prisionais, as folhas de antecedentes, o que, do mesmo modo, inviabiliza o exame da comparação dos aspectos objetivos e subjetivos dos réus para fins de extensão do benefício, nos termos do art. 580 do CPP.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator